
A PRESENÇA DO OPERADOR ARGUMENTATIVO “MAS” EM TEXTOS PUBLICITÁRIOS

COSTA, Fabiana Claudia Viana¹

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo apresentar uma análise do operador argumentativo *mas*, presente em textos publicitários, ressaltando que o funcionamento desse operador não se reduz a simples elo coesivo adversativo, mas determinante na constituição dos sentidos no texto.

PALAVRAS-CHAVE: Semântica. Enunciação. Sentido. Argumentação. *MAS*.

ABSTRACT: This work has for objective to present an analysis of the argumentative operator *mas*, gift in texts advertising executives, standing out that the functioning of this operator does not scumble the simple adversative cohesive link, but determinative in the constitution of the senses in the text.

KEYWORDS: Semantics. Enunciation. Sense. Argumentation. *MAS*.

A significação de uma expressão lingüística não é o que resulta da combinação dos elementos de uma estrutura, mas é o que resulta da relação discursiva dos usos das regularidades lingüísticas pelos falantes. (GUIMARÃES, 1987).

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, apresentaremos uma abordagem da conjunção *mas*, na perspectiva da Semântica da Enunciação, sem considerar essa conjunção apenas como um ‘elo’ entre as orações, mesmo porque esse operador não se limita a articular orações.

Apresentaremos, inicialmente, definições básicas de enunciação, sentido e texto e concepções sobre o operador argumentativo *mas*, sob a visão de alguns autores. Posteriormente, mostraremos a análise dos recortes de três textos publicitários da revista *Veja*, explicitando os efeitos de argumentação que os enunciados com operador *mas* causam no discurso.

¹Doutoranda em Lingüística pelo Instituto de Estudos da Linguagem/Unicamp e Professora do Curso de Letras da Fundação Educacional Ituverava - FFCL.

ENUNCIÇÃO, SENTIDO E TEXTO

A Semântica Enunciativa, juntamente com a Análise do Discurso (AD), trazem valiosas contribuições para a análise argumentativa do operador *MAS*.

De acordo com Orlandi *et al.* (1989), o *sentido* de um enunciado é a representação de sua enunciação, incluindo uma representação das posições do sujeito da enunciação do enunciado. Os autores tomam a definição de Ducrot (1984) a respeito da *enunciação*: “o evento histórico do aparecimento do enunciado” – histórico no sentido de estar socialmente marcado em um certo momento do tempo – para tratar a questão do sentido. Para os autores, *texto* é o conjunto de recortes discursivos, que se entrecruzam e se dispersam. O conceito de recorte é dado por Orlandi (1984). Segundo a autora, recorte é uma unidade discursiva, e unidade discursiva são os fragmentos correlacionados de linguagem e situação.

Há, segundo Guimarães (1995), *apud* Costa (2004), a ilusão de que no processo coesivo há uma unidade interna, homogênea. Esse efeito de unidade se dá pelo esquecimento de que o texto só é interpretado porque se leva em conta o que vem de fora, o interdiscurso.

Os enunciados com o operador argumentativo, objeto de estudo deste trabalho, possuem sentidos diferentes, de acordo com a função da conjunção adversativa *mas*, como veremos no próximo item.

OPERADOR DE ARGUMENTAÇÃO *MAS*

Segundo Vogt (1980)

Segundo Vogt (1980), há duas funções diferentes para a conjunção adversativa *mas*:

1^a) mas_{SN} , que é do espanhol ‘sino’ e do alemão ‘sondern’: sem função argumentativa, vem sempre após uma proposição negativa ($p = \text{não } p'$) e serve para retificar; e,

2^a) mas_{PA} , que é realizada em espanhol por ‘pero’ e em alemão por ‘aber’: não exige que a proposição precedente, p , seja negativa. Tem como função introduzir uma proposição q que orienta para uma conclusão *não-r*, oposta a uma conclusão r .

Para o autor, quando o mas_{PA} vier precedido por uma negação gramatical, essa negação será pertencente ao discurso relatado ao qual o locutor se opõe. Trata-se para Anscombe; Ducrot

(1977), *apud* Vogt, de uma negação ‘descritiva’. Vale lembrar que a negação é tratada aqui como uma negação argumentativa e não constitui a inversão de um conteúdo informativo, mas uma atitude argumentativa de oposição, que vai de uma simples recusa de argumentar ao ato de refutação.

É importante ressaltar que, neste trabalho, analisaremos o operador argumenativo *mas*, considerando-o a partir das funções do mas_{PA} . Portanto, passaremos a utilizar somente *mas*, com a orientação argumentativa explicitada por Guimarães (1987).

De acordo com o autor, numa visão semântico-enunciativa, que considera as escalas argumentativas², as frases com operadores argumentativos *mas* têm a seguinte orientação argumentativa²:

X (A) *mas* Y (B)



em que A é argumento a favor de *r* e B é argumento a favor de $\sim r$, sendo este o argumento predominante. Portanto, A *mas* B é argumento para $\sim r$.

Para Guimarães (1987), nas enunciações com X (A) *mas* Y (B), B é sempre o comentário (entendido aqui como o que se diz a partir do tema³), que é uma negação do tema, ou seja, o locutor estabelece com seu alocutário um começo (tema) e se opõe a ele em seguida.

Brandão (1998) expõe a orientação argumentativa dos enunciados com *mas* de forma semelhante. De acordo com a autora, do ponto de vista da argumentação, o locutor ignora o primeiro enunciado e apóia-se no segundo, dando-lhe maior força argumentativa para conduzir à conclusão $\sim r$.

Segundo Bally (1965) *apud* Guimarães, a relação de coordenação existe quando a segunda oração tem a primeira por tema, ou seja, a segunda retoma a primeira como subentendida; a primeira estaria elipticamente presente na segunda. Há a característica de independência⁴ das orações envolvidas.

²Escalas Argumentativas: os argumentos se configuram numa relação de força maior ou menor. GUIMARÃES (1987: 28)

³Tema de uma enunciação: é aquilo que é tomado como conhecido pelos interlocutores no momento da enunciação. ILARI (1981) *apud* GERALDI *et al.* (1985).

⁴Guimarães (1987) considera não dependentes duas orações que não constituem juntas outra oração. Isso acontece quando, numa construção, dois elementos lingüísticos constituem outro elemento, mas não de mesma natureza.

De acordo com Guimarães, a conjunção *mas* estabelece relação de não dependência entre as orações e desenvolve uma construção paralela, isto é, exige a repetição de certos traços nos seus membros correlatos. Há a especificação de articulação tema/comentário: a primeira oração é tema da segunda oração, em que a conjunção marca a oração que introduz como comentário. Teríamos então a conjunção *mas* como uma conjunção coordenativa com paralelismo.

Fundamentados nessas teorias, passaremos para a análise do operador argumentativo *mas* em textos publicitários.

ANÁLISE DOS TEXTOS

Muitos estudos são realizados em torno das conjunções, principalmente no que diz respeito à argumentação. Explicitaremos, nesta parte, a análise realizada com o *mas*_{PA}, tomando como base o estudo feito por Guimarães (1987) sobre esse conector conjuntivo.

A análise dos textos será dividida em duas partes:

PARTE 1: será considerado o modo como os segmentos articulados se organizam em relação à enunciação, levando em conta:

- a possibilidade de inversão das orações;
- a possibilidade de articulação por sobre o limite de frase;
- o alcance da negação;
- o alcance da pergunta;
- o modo de encadeamento do texto;
- a divisão para dois locutores numa conversa;
- a divisão entonacional no interior de uma frase; e,
- a correlação dos modos verbais nas orações.
-

PARTE 2: serão tomados alguns enunciados para se observar os possíveis desenvolvimentos do discurso com enunciados com o operador *mas*.

Consideremos inicialmente as seqüências:

(1) **Seqüência 2.1.** “A impunidade no Brasil ainda está vencendo a competição por um placar elástico, *mas* a cidadania marcou um goloço na semana passada”. (T2: PINHEIRO; OYAMA, 1999)

(2) **S.2.2.** “Esses casos podem ser tidos como iniciativas isoladas de bom funcionamento de poder público, e os pessimistas podem argumentar que se trata de um acidente de percurso. *Mas* tudo indica que não: ‘a política e os políticos deram um salto de qualidade. Aos poucos os valores estão mesmo se modificando’, afirma o cientista político Marcos Coimbra”. (T2)

(3) **S.3.1.** “A indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. A asneira mais vetusta de quantas há. O melhor ensino tanto pode ser oferecido por instituições que fazem pesquisa quanto em outras que não a têm, como as Grandes Écoles francesas e os Liberal Arts Colleges americanos. No Provão de direito, menos de um terço dos cursos de nível A está em instituições com pós-graduação na área (isto é, na qual poderia haver pesquisa). *Mas* a tolice adquire foros mais nocivos quando o ensino superior se massifica. A pesquisa é essencial para o país, é uma especialização desejável para certas instituições, não é uma necessidade para todas e é uma impossibilidade para a maioria”. (T3: CASTRO, 1999)

(4) **S.3.2.** “O ensino privado é muito pior que o público. Parecia verdade, *mas* o Provão mostrou o contrário. As médias das notas nas públicas não são superiores às das privadas”. (T3)

(5) **S.3.3.** “É verdade que, dentre os cursos de nível A, existem duas vezes mais públicos do que privados, *mas* são apenas 12% do total, pesando pouco nas médias”. (T3)

(6) **S.3.4.** “Obviamente, áreas como a medicina requerem sério controle de qualidade, para que os futuros profissionais não matem seus clientes. *Mas*, no geral, mesmo uma educação fraca ajuda no mercado de trabalho, na cidadania e na educação dos filhos”. (T3)

PARTE 1:

Não há **possibilidade de inversão das orações** nos enunciados com o *mas*, como demonstrou Guimarães (1987). Observemos na seqüência 2.1.:

S.2.1. (?) “*Mas* a cidadania marcou um goloço na semana passada. A impunidade no Brasil ainda está vencendo a competição por um placar elástico”.

Em relação à **possibilidade de articulação por sobre os limites de frase**, podemos perceber, na maioria das seqüências apresentadas, que é possível, já que o *mas* aqui analisado pode introduzir todo um parágrafo que se opõe a um parágrafo anterior. Quando começa uma frase, a conjunção *mas* remete à frase anterior, devido à marca de comentário que tem uma força anafórica de remeter a seu tema.

No que diz respeito ao **alcance da negação**, podemos observar que a negação incide apenas sobre a primeira parte da frase, vejamos as S.3.2. e S.3.4.:

S.3.2. “O ensino privado *não* é muito pior que o público. Parecia verdade, *mas* o Provão mostrou o contrário”.

S.3.4. “Obviamente, áreas como a medicina *não* requerem sério controle de qualidade, para que os futuros profissionais não matem seus clientes. *Mas*, no geral, mesmo uma educação fraca ajuda no mercado de trabalho, na cidadania e na educação dos filhos”.

A S.3.4. só terá sentido se estiver numa situação em que sem um sério controle de qualidade e sem que os futuros profissionais matem seus clientes seja razão para ‘uma educação fraca que não ajuda no mercado de trabalho, na cidadania e na educação dos filhos’.

Quando colocamos os enunciados com *mas* ao **alcance da pergunta**, não obtemos sentido, tanto se a pergunta afetar somente uma das orações, quanto se afetar a frase como um todo. Observemos a S.3.3.:

S.3.3. (?) “É verdade que, dentre os cursos de nível A, existem duas vezes mais públicos do que privados, *mas* são apenas 12% do total, pesando pouco nas médias?”

No que diz respeito ao **modo de encadeamento do texto**, tomemos, a exemplo de Guimarães, o encadeamento com ‘*creio que*’. Vejamos a S.2.2.:

S.2.2. “*Creio que* os pessimistas podem argumentar que se trata de um acidente de percurso. *Mas* tudo indica que não. ‘a política e os políticos deram um salto de qualidade. Aos poucos os valores estão mesmo se modificando’, afirma o cientista político Marcos Coimbra”.

As orações das seqüências com *mas* são tomadas separadamente no encadeamento. ‘*Creio que*’ faz encadeamento somente com a primeira oração da S.2.2., que, por sua vez, já acompanhada pelo ‘*creio que*’, encadeia a segunda oração.

É possível também fazermos a **divisão dos enunciadores para dois locutores** numa conversa, como podemos constatar na S.3.3.:

S.3.3. *L1*: “É verdade que, dentre os cursos de nível A, existem duas vezes mais públicos do que privados”.

L2: “*Mas* são apenas 12% do total, pesando pouco nas médias”.

A **divisão entonacional no interior da frase** com *mas* traz um grupo prosódico⁵ para cada oração. Assim, a curva entonacional seria do tipo apresentado na S.3.2.:

S.3.2. “O ensino privado é muito pior que o público. Parecia verdade / *mas* o Provão mostrou o contrário”.

Mas não é possível:

S.3.2. (?) “O ensino privado é muito pior que o público. Parecia verdade *mas* / o Provão mostrou o contrário”.

Nos enunciados com *mas*, é possível a **correlação dos modos verbais**, mesmo sem a concordância desses modos, desde que o subjuntivo não apareça na oração inicial.

É possível encontrarmos:

S.2.1. “A impunidade no Brasil ainda *estava* vencendo a competição por um placar elástico, *mas* a cidadania *marcava* um golão na semana passada”.

Ou:

S.2.1. “A impunidade no Brasil ainda *estava* vencendo a competição por um placar elástico, *mas* a cidadania *marcou* um golão na semana passada”.

Mas não é possível encontrarmos:

⁵A análise dos textos é feita baseada em estudos de GUIMARÃES. O autor usou em seus estudos (e nós usaremos aqui) a barra para indicar que “a curva entonacional indica final de um grupo prosódico no ponto em que for colocada. A noção de grupo prosódico é usada pelo autor como significando que a entoação tem uma curva descendente que se fecha no ponto em que a barra for colocada. Esta curva é independente da existência de pausa. Pode haver ou não pausa”. (1987: 38)

S.2.1. (?) “A impunidade no Brasil ainda *esteja* vencendo a competição por um placar elástico, *mas* a cidadania marcou um golaço na semana passada”.

PARTE 2:

A análise dos textos, nesta parte, levará em consideração o esquema proposto no item **O OPERADOR DE ARGUMENTAÇÃO – MAS**, com a seguinte orientação argumentativa:



As seqüências que serão analisadas nesta parte são uma entrevista, ou seja, um diálogo entre um Locutor da revista *Veja* (Tânia Menai) e o Locutor, um ensaísta canadense, Alberto Manguel. Geraldi *et al.* (1985) descrevem o diálogo como sendo um texto, em que as enunciações se articulam por operadores que fazem com que a enunciação de um locutor seja parte da enunciação do outro, seria o segundo locutor tomando a enunciação do primeiro locutor para produzir a sua própria enunciação. Para os autores, o sentido do diálogo é móvel, é construído pela ação dos interlocutores.

Observemos as seqüências:

S.1.1. *Veja*: “Que autores tiveram grande influência sobre o senhor?”

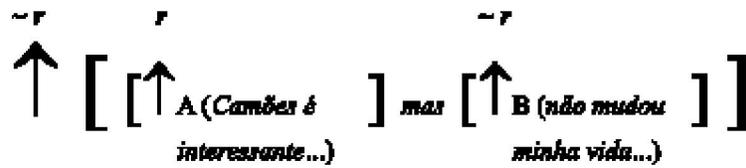
Manguel: “Um nome que me ocorre é do brasileiro Monteiro Lobato, autor do Sítio do Pica-Pau Amarelo. Ter lido Monteiro Lobato numa certa fase de minha vida foi mais enriquecedor do que Ter lido Camões, há cinco anos. Camões é interessante, levou-me a pensar em questões profundas, *mas* não mudou minha vida. Tive contato com as obras de Lobato aos 8 anos, logo depois de mudar para a Argentina. Eu relacionava alguns episódios protagonizados pela boneca Emília com certas dificuldades que tive na escola nova, por causa do idioma que eu não falava”. (T1: MENAI, 1999)

S.1.2. *Veja*: “A censura a livros é um instrumento válido para impedir que certas idéias perniciosas se disseminem?”

Manguel: “A história do livro sempre caminhou lado a lado com a censura, *mas* canso de repetir: censurar é uma idiotice. Os livros banidos voltam de uma forma ou de outra, independentemente de seu conteúdo”. (T1)

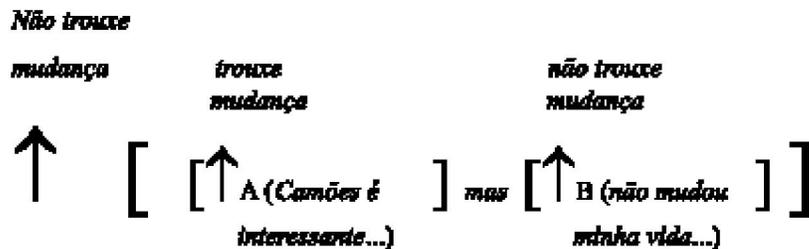
S.1.3. Manguel: “Sempre se procuram desculpas para a censura. Hoje ela é a pornografia infantil. *Mas* a única maneira de evitar as eventuais influências negativas de um texto é por meio da educação, ensinando às pessoas como ler. Livros por si sós não incitam à violência ou propiciam o nascimento do anti-semitismo. O homem que matou John Lenon estava lendo *O Apanhador no Campo de Centeio*, de J. D. Salinger, uma das obras mais singelas e idealistas da literatura americana”. (T1)

Temos a seguinte significação para S.1.1.:



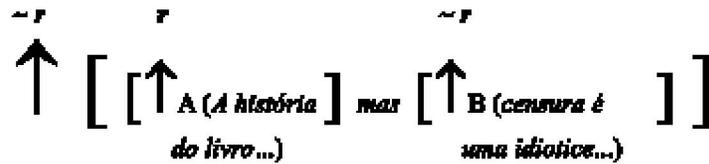
Se observarmos a S.1.1, podemos perceber que o que se segue a este recorte progride levando em conta a argumentação indicada por B. A conclusão que se pode tirar de A é $r =$ *trouxe mudança para minha vida*; e de B seria $\sim r =$ *não trouxe mudança para minha vida*.

Assim, teríamos o seguinte sentido:

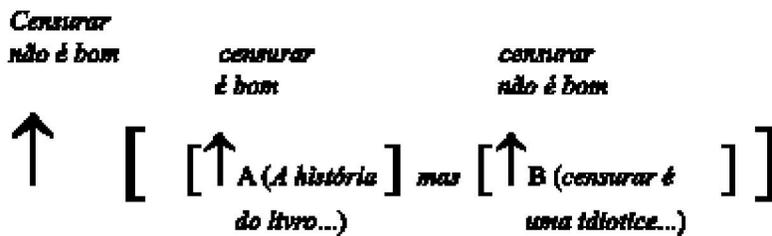


A continuação do recorte da S.1.1 caminha para o fato de que *Camões não mudou minha vida*, ou seja, ter lido Monteiro Lobato foi mais proveitoso frente às dificuldades vividas pelo locutor.

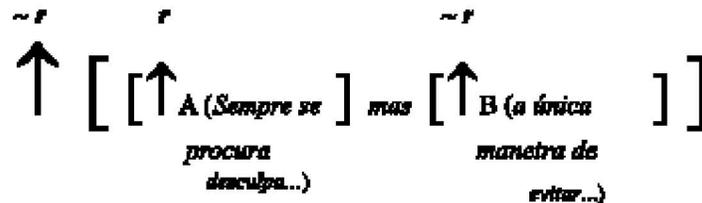
Na S.1.2., também há a progressão do texto em direção a B, vejamos:



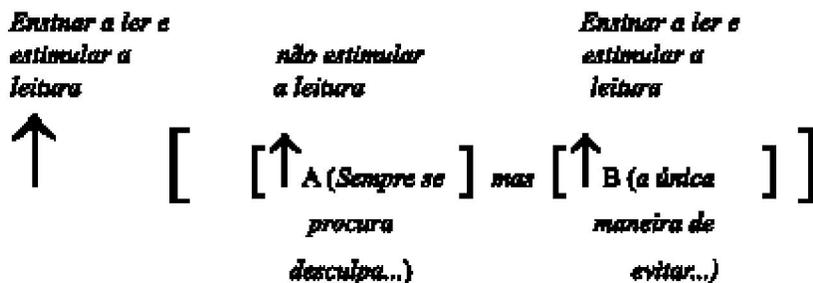
Considerando $r = \text{censurar não é bom}$, temos:



O locutor constrói sua argumentação a partir de B quando diz que *os livros banidos voltam de uma forma ou de outra*. Mas não termina por aí. Na S.1.3., que é um segmento de S.1.2., ele continua afirmando que a censura é inútil e finaliza com um exemplo bastante relevante. Observemos sua significação:



O sentido para esta seqüência, atribuindo para r *não estimular a leitura e, para $\sim r$ ensinar a ler e estimular a leitura*, pode ser:



As seqüências dos textos T2 e T3 também mostram que os locutores seguem suas enunciações partindo dos argumentos utilizados em B (como por exemplo a S.2.2. e a S.3.2), mas não serão analisadas aqui.

CONCLUSÃO

A partir dos enunciados analisados, podemos constatar que a argumentação articula no sentido dado por B (A, *mas* B), já que o *mas* introduz uma oração que segue em direção contrária ($\sim r$) à direção proposta por A (r), ou seja, há uma negação argumentativa de A.

A polifonia presente nesses enunciados também foi observada nos enunciados, mas não é objeto de estudo neste trabalho.

Para finalizar, podemos afirmar que a conjunção *masPA* influencia, de forma argumentativa, na continuidade dos enunciados em que ela aparece, e é um forte operador para ser usado por sujeitos que querem um enunciado, dentre outros, que seja argumento para uma refutação.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, H. **Subjetividade, argumentação, polifonia:** a propaganda da Petrobrás. São Paulo: Unesp, 1998.

CASTRO, C. de M. Asneiras sobre o ensino. **Veja**, Ponto de Vista, São Paulo, Ed. Abril, ano 32, n.32, p.22, 11 ago. 1999.

COSTA, F. C. V. **Designação e referência:** uma análise enunciativa no censo demográfico 2000. Campinas. Dissertação (Mestrado em Lingüística). Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

DUCROT, O. **O dizer e o dito.** Campinas: Pontes, 1988.

GERALDI, J. W. *et al.* Operadores de argumentação e diálogo. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, n. 9, p. 143-157, 1985.

GUIMARÃES, E. **Texto e argumentação:** um estudo de conjunções do português. Campinas: Pontes, 1987.

_____. **Os Limites do sentido.** Campinas: Pontes, 1995.

MENAI, T. Ler é poder. **Veja**, Entrevista: MANGUEL, A. São Paulo, Ed. Abril, ano.32, n.27, p.11-15, 7 jul. 1999.

ORLANDI, E. P. Segmentar ou recortar. In: LINGÜÍSTICA: questões e controvérsias. Uberaba: Fiube, 1984. p. 9-26

ORLANDI, E. P. *et al.*. **Vozes e contrastes:** o discurso na cidade e no campo. São Paulo: Cortez, 1989.

PINHEIRO, D.; OYAMA, T. Desta vez ele escapa?: Maluf tem direitos políticos cassados, e mais uma vez se anuncia seu fim. **Veja**, São Paulo, Ed. Abril, ano 32, n.27, p.51, 7 jul. 1999.

VOGT, C. De 'Magis' a 'Mas'. Uma hipótese semântica. In: LINGUAGEM, Pragmática e Ideologia. São Paulo: HUCITEC, 1980.